



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Arroio do Meio
TERMO DE AUTORIZAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

No dia 11 de março de 2020, concedo autorização para elaboração de estudos para subsidiar eventual procedimento licitatório, sob regime de concessão, para contribuir com estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica, contendo os suficientes levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos, pareceres e estudos referentes à concessão para instalação de postes multiusos com a consequente valorização do espaço municipal no Município de Arroio do Meio/RS, para a empresa **DT BRASIL GESTÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA**, CNPJ 27.130.102/0001-88, representada pelo Sr. Manolo Solsol Chávez, conforme manifestação de interesse apresentada no expediente de protocolo nº 107.377 de 098 de março de 2020.

A elaboração dos estudos deverão seguir as condições descritas no Termo de Referência.

A autorizada terá acesso a todas as informações necessárias que estejam em poder da Administração Direta e da Comissão.

A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, especialmente no caso de não ser observado o prazo de entrega dos estudos previstos no Edital.

O prazo para apresentação dos estudos é de até 45 (quarenta e cinco) dias, a contar desta data, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica, a pedido e conforme decisão da Comissão

Está autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos:

I – será conferida sem exclusividade;

II – não gerará direito de preferência no processo licitatório;

III – não obrigará o Poder Público a realizar licitação;

IV – não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração;

V – será pessoal e intransferível.

A autorização não implica, em nenhuma hipótese, responsabilidade da administração pública perante terceiros por atos praticados por pessoa autorizada.

A autorização poderá ser:

I – cassada, em caso de descumprimento de seus termos, inclusive na hipótese de descumprimento do prazo para reapresentação determinado pelo órgão ou pela entidade solicitante e de não observação da legislação aplicável;

II – revogada, em caso de:

a) perda de interesse do Poder Público nos empreendimentos de que trata o art. 1º;

b) desistência por parte da pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada, a ser apresentada, a qualquer tempo, por meio de comunicação ao órgão ou à entidade solicitante por escrito.

III – anulada, em caso de vício no procedimento ou por outros motivos previstos na legislação; ou

IV – tornada sem efeito, em caso de superveniência do disposto legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

Os casos anteriormente mencionados não geram direito de ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

Arroio do Meio, 11 de março de 2020


KLAUS WERNER SCHNACK
Prefeito Municipal